

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

IASMIM CRISTINA CASTRO DA SILVEIRA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR: UMA
EXPERIÊNCIA VIVIDA NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

**TRÊS LAGOAS
2023**

IASMIM CRISTINA CASTRO DA SILVEIRA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR: UMA
EXPERIÊNCIA VIVIDA NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de
ARTIGO apresentado ao Curso de Pedagogia
como pré-requisito para a conclusão da
graduação.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Luiz Pereira

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO REGULAR: UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

**SILVEIRA, Iasmim Cristina Castro da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

RESUMO

Neste início de século, os desafios educacionais são diversos, especialmente quanto à educação inclusiva, modalidade que foi negligenciada por muitos anos e que ainda hoje sofre com preconceitos, marginalização, falta de capacitação de profissionais, acolhimento de familiares, dentre outros aspectos inerentes à inclusão escolar. O presente texto tem como objetivo compreender quais os desafios da inclusão escolar para alunos com deficiência no ensino regular e discutir como o conhecimento teórico pode contribuir com uma prática pedagógica inclusiva. Para tanto, metodologicamente a pesquisa é de caráter descritivo, a partir de experiência vivida em um município do interior do Estado de São Paulo. Sabe-se que por lei as crianças com deficiência têm direito à Educação em escola regular, no entanto, no dia a dia da escola a lei não se efetiva do modo que deveria. Chega-se à conclusão das enfrentadas dificuldades no cumprimento da legislação, como a falta de recursos, melhor remuneração de docentes, presença de professores auxiliares nas salas de alunos com deficiência, além de melhores condições de trabalho e infraestrutura nas instituições, para garantir uma educação inclusiva.

. Palavras-Chave: Inclusão Escolar, Ensino Regular, Educação Especial

INTRODUÇÃO

Uma educação inclusiva implica em novos paradigmas pedagógicos capazes de favorecer a construção de uma educação plural, independentemente de suas características, necessidades ou condições. Isso inclui a inclusão de estudantes com deficiências, dificuldades de aprendizagem, e outros grupos que historicamente foram marginalizados ou excluídos do sistema educacional.

O presente texto nasce a partir de minha experiência como discente do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ao realizar observação da prática no ambiente escolar, durante estágios e outras atividades práticas do curso as quais despertou-me uma série de inquietações sobre a educação especial, especialmente acerca da inclusão escolar.

Observando alunos que, acompanhados por estagiários, permaneciam fora da sala de aula, durante o período regular de aulas, percebi a importância de compreender quais os desafios enfrentados pelos envolvidos neste processo quanto a inclusão escolar. Ao cursar a disciplina de Educação Especial, no curso de Pedagogia, compreendi que se trata de uma abordagem educacional que visa garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todas as crianças, independente de suas diferenças e necessidades individuais.

Segundo Camargo e Bosa (2009), estudos atuais ressaltam a importância da inclusão escolar para todas as crianças, inclusive aquelas com dificuldades significativas em interagir com os outros e em estabelecer e manter relações sociais saudáveis.

A educação inclusiva de acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan:

Implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (Mantoan, 2003, p.15).

Ou seja, a inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Sendo assim, todos devem frequentar a escola regular.

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo compreender quais os desafios da inclusão escolar no ensino regular e discutir uma prática pedagógica inclusiva.

Como objetivos específicos estão estabelecidos: Identificar os desafios enfrentados pelos professores na implementação das práticas inclusivas em sala de aula; Refletir sobre o ambiente escolar e as mudanças em seus espaços para receber alunos com deficiências.

Além disso, é relevante indagar sobre as políticas educacionais oferecidas pelos sistemas de ensino municipais no que diz respeito à inclusão. Os recursos materiais e humanos disponíveis são suficientes para promover uma inclusão efetiva e adequada que permita aos professores atenderem às necessidades diversificadas de seus alunos com deficiência?

A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva a partir de observação em sala de aula com alunos com deficiências no município de Ilha Solteira- SP¹. Cabe destacar que Mantoan (2003) aborda a evolução da educação especial no Brasil, destacando o progresso no sentido de promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Para a autora, a educação especial se protege, ao se mostrar temerosa por uma mudança radical da escola e a educação regular se omite totalmente, passando pela questão muito rapidamente, mas protegendo-se da mesma forma de toda e qualquer transformação de seu trabalho nas escolas, alegando falta de preparo dos professores e de condições funcionais para atender a todas as crianças, inclusive as que têm deficiências.

Segundo Carvalho (2004, p.34)

Uma nova ética se impõe, conferindo toda a igualdade de valor, igualdade de direitos - particularmente aos de equidade - e a necessidade de superação de qualquer forma de discriminação por questões étnicas, socioeconômicas, de gênero, de classes sociais ou de peculiaridades individuais mais diferenciadas. [...] Os movimentos sociais em prol dos direitos humanos muito contribuíram para a ressignificação dos sistemas educacionais e do papel das escolas. Em vez de seletividade que as tem caracterizado, penalizando inúmeros alunos – com ou sem deficiência ou superdotação.

¹ Ilha Solteira, foi uma das poucas cidades planejadas do Brasil, nasceu em 1968 para abrigar os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, com infraestrutura para 40.000 habitantes, localizada às margens do Rio Paraná próxima à divisa de São Paulo com o Mato Grosso do Sul. Em 1968, chegaram os primeiros moradores, e em 1970 a cidade já contava com 20.568 habitantes, áreas urbanizadas e comércio. Em 1973, consolidada, possuía 5.276 residências e atraía novos profissionais. <https://www.cmilhasolteira.sp.gov.br/historia/implantacao-cidade>

Embora a constituição federal de 1988 já tenha definido a questão, no que se refere à inclusão, as escolas continuam debatendo se os deficientes podem ou não frequentá-la; se são ou não capazes de estar neste lugar que ainda é privilegiado, ou seja, não é para todos, pois o ingresso está assegurado, mas a permanência não. Em se tratando do processo de inclusão escolar, ouvimos falar em integração e não em inclusão. A inclusão não é pura e simplesmente colocar a criança na escola e deixá-la sob a responsabilidade única e exclusiva da professora referência da turma, para dar conta da educação desse sujeito.

Ao longo da história, percebemos que a exclusão social foi a regra vigente, os deficientes ora eram tratados como perigosos, maníacos, doidos, endemoniados, entre outros atributos e geralmente tratados dentro dos manicômios e banidos da sociedade.

Atualmente a sociedade, em parte, tenta retirar estes rótulos que já foram muito bem fixados no inconsciente coletivo da humanidade, mas nós somos seres sociais e nos constituímos através do legado da cultura, mas, ainda assim, há muitos desafios a serem vencidos e a inclusão escolar pode sanar muitos destes preconceitos construídos ao longo da história.

Breves considerações sobre a educação inclusiva no Brasil

A história da Educação Especial no Brasil possui características distintas em comparação com países europeus e norte-americanos. A fase da negligência, desta modalidade no Brasil, se deu até o início da década de 1950. Durante esse período, a produção teórica sobre deficiência mental permaneceu confinada a círculos acadêmicos, com escassas ofertas de atendimento educacional (Mendes, 1995).

Internacionalmente, este período foi marcado pela institucionalização, onde a deficiência mental era vista como hereditária, justificando a segregação como forma de combater a ameaça à espécie. No Brasil, a educação dos "idiotas" e "imbecis" não despertava interesse, prolongando a era da negligência (Mendes, 1995; Dechichi, 2001).

A fundação do Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant) em 1854 e do Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, ambos no Rio de Janeiro, representou um avanço

significativo. Essas instituições abriram espaço para a conscientização e discussão sobre a educação das pessoas com deficiência. No entanto, o impacto foi limitado, com um número muito pequeno de cegos e surdos atendidos (Mazzotta, 1996).

A abordagem educacional para deficientes no Brasil foi marcada por duas vertentes principais:

Médico-Pedagógica: Com um enfoque eugênico e higienista, esta abordagem promoveu a criação de escolas em hospitais e serviços de higiene e saúde pública, resultando em uma tendência segregadora no atendimento aos deficientes. A identificação e educação dos "anormais de inteligência" eram realizadas através de inspeção médico-escolar (Jannuzzi, 1992; Mendes, 1995; Dechichi, 2001, Grifo Nosso).

Psicopedagógica: Buscava uma definição mais precisa para a anormalidade e defendia a educação dos indivíduos considerados "anormais". Esta vertente utilizava escalas métricas de inteligência para diagnosticar e encaminhar deficientes para classes ou escolas especiais. Essa abordagem, apesar de introduzir recursos pedagógicos alternativos, acabou por reforçar medidas segregadoras (Jannuzzi, 1992; Dechichi, 2001, Grifo Nosso).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 estabelece-se a igualdade de todos perante a lei, sem discriminação, e a legislação passa a garantir o direito à educação e à inclusão social das pessoas com deficiência (Art. 205 a 214).

Em 1996 o Estado brasileiro institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 que em seu artigo 58, assegura o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 prevê o direito à educação inclusiva e ao atendimento especializado para crianças e adolescentes com deficiência e em 1999 o Decreto nº 3.298/1999 regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definindo diretrizes para a educação, saúde, trabalho, entre outros.

No início dos anos 2000 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) incorporada à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelo Decreto nº 6.949/2009, reforça a necessidade de promover, proteger e assegurar o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência.

Em 2012, registra-se a homologação da Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista e promove a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à

pessoa com transtorno do espectro autista. Inclusive, previa que esta formação poderia ser extensiva aos pais e responsáveis.

Outra lei que cabe destacar é o Plano Nacional de Educação (PNE 2014 -2024) que contribui com o conjunto dos dispositivos legais, assumindo, na meta 4, o compromisso de:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 69).

Em 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146/2015 também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece a inclusão plena das pessoas com deficiência, garantindo a igualdade de condições e oportunidades em todas as esferas da vida, incluindo a educação.

Destaca, no seu artigo 2º, destaca que:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Propondo, no seu artigo 27, que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados pelo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, p 19).

Estas legislações reforçam a necessidade de práticas educativas inclusivas, garantindo que as pessoas com deficiência tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que os demais alunos, onde haja oportunidade para todos.

O desenvolvimento histórico da Educação Especial no Brasil revela uma trajetória longa e complexa, que evoluiu de práticas de negligência e segregação para políticas de inclusão e igualdade. A legislação atual reflete um compromisso crescente com a inclusão e a valorização da diversidade, buscando assegurar que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Sobre a inclusão escolar no município de Ilha Solteira-SP

Ilha Solteira segue uma perspectiva de educação que visa garantir o atendimento à diversidade de alunos, com foco em práticas pedagógicas inclusivas. Esse processo envolve uma série de ações que capacitam os docentes para identificar e trabalhar com as especificidades de cada aluno, especialmente aqueles com deficiência, respeitando suas diferenças e promovendo um aprendizado significativo para todos.

O **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** foi implementado em Ilha Solteira como parte da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008. Essa política orientou as escolas regulares a criarem salas de recursos multifuncionais, destinadas ao atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Essas salas de recursos são espaços adaptados, nos quais são desenvolvidas estratégias pedagógicas e o uso de **tecnologias assistivas** para apoiar o processo de ensino-aprendizagem. Os profissionais do AEE trabalham em colaboração com os professores das salas regulares, oferecendo suporte técnico e pedagógico para que os alunos possam participar plenamente da vida escolar.

No início da implementação do AEE em Ilha Solteira, o atendimento era focado nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) e em duas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs). Atualmente, o AEE está integrado em todas as escolas que atendem alunos com deficiência, com a participação ativa dos professores regulares e das equipes de apoio.

A formação continuada dos professores em Ilha Solteira acontece em colaboração com parceiros importantes, como o **COE (Centro de Orientação Educacional)**, **APAE**, e a **UNESP**, que oferecem cursos e capacitações voltadas para

a educação inclusiva. Além disso, os congressos especializados são realizados anualmente, porém são destinados apenas aos professores do AEE, limitando a participação de docentes do ensino regular.

A cada dois anos, são oferecidas cerca de 360 horas de cursos voltados para a formação inclusiva. No entanto, a escolha de participar dessas formações é opcional para os professores, o que sugere que a adesão depende da vontade e do interesse de cada profissional. Durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), os professores têm a oportunidade de discutir e refletir sobre as práticas inclusivas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias conjuntas.

Outro aspecto importante da formação continuada em Ilha Solteira é o projeto “TE Acolhe”, que é realizado em parceria com profissionais da saúde. Esse projeto promove capacitações sobre como lidar com alunos que necessitam de cuidados especiais e atendimento especializado, reforçando o caráter interdisciplinar da inclusão escolar.

Embora a cidade tenha realizado avanços significativos na formação de uma escola mais inclusiva, alguns desafios persistem. Um deles é a necessidade de ampliar a participação dos professores do ensino regular nas capacitações específicas para inclusão. A presença de parcerias fortes e a oferta de cursos regulares representam um avanço importante, mas ainda há espaço para melhorar a adesão e aplicação das práticas inclusivas no cotidiano das salas de aula.

Implementação de práticas inclusivas na sala de aula a partir das observações e de relatos das professoras

Quando abordamos o tema da inclusão de alunos com alguma deficiência nas salas de aula, estamos tratando de um assunto que vai muito além do simples acesso à escola. Trata-se de assegurar que cada aluno, independentemente das suas habilidades ou desafios, tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver de forma plena e feliz. É fundamental reconhecer que essa prática é um direito essencial, refletindo a importância de acolher cada indivíduo como parte do nosso ambiente educacional, respeitando a especificidade de cada um.

Como dito na metodologia deste artigo foram realizadas observações em sala de aula que tinham estudantes com deficiências e coletou-se neste procedimento informações sobre este trabalho com as professoras responsáveis pela turma.

A professora do 1º ano que trabalha com um aluno com necessidades especiais relatou que há uma frequente saída da sala de aula deste aluno. Embora a professora tentasse realizar atividades com ele, a necessidade de assistência externa limitava a inclusão do aluno.

Esse relato pode ser utilizado para destacar a importância do envolvimento familiar e de uma equipe multidisciplinar da escola na educação inclusiva.

Já a Professora do 4º Ano, com mais de 30 anos de experiência, expressou sua preocupação no início do ano letivo, ao saber que teria três alunos, com deficiência na turma, sendo dois com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade) e um sem diagnóstico, que eventualmente foi solicitado a investigação, porém a família começou e desistiu. Apesar de sua vasta experiência, ela encontrou dificuldades significativas para atender a todos os alunos, especialmente com uma sala de 21 alunos e múltiplas necessidades. A dificuldade em adaptar as atividades para atender a todos os alunos evidencia a necessidade de formação continuada e suporte institucional para a implementação de práticas inclusivas eficazes.

Ao longo deste trabalho destaca-se a importância da implementação de práticas inclusivas em sala de aula, com atenção tanto às dificuldades que os educadores podem enfrentar quanto às possibilidades potencialmente transformadoras que tais práticas podem oferecer. Na realidade, a integração de alunos com deficiência não é apenas um mandato legal, mas também uma rara chance de enriquecer o ambiente educacional, criando diversidade e promovendo empatia entre os alunos.

Os depoimentos dos professores coletados durante os estágios mostram o quão complexa é a inclusão e quanto apoio é necessário, tanto da família quanto das instituições. O baixo comprometimento por parte dos pais e o despreparo dos educadores são levantados entre os principais desafios que podem comprometer o sucesso de uma inclusão que, por si só, já é criticamente importante na obtenção da equidade. Os professores exercem um papel crucial, pois são eles muitas vezes os primeiros a perceber as necessidades individuais de cada aluno e buscar soluções para a inclusão dele. Entretanto, a falta de suporte, tanto da família quanto do município, pode dificultar significativamente esses esforços. A formação continuada é essencial para que os educadores desenvolvam as competências necessárias para atender à diversidade presente nas salas de aula (Mantoan, 2003).

Além de fornecer aos professores treinamento em serviço, as escolas devem fornecer recursos adequados que os façam sentir mais seguros em seu ensino. Aumentar a colaboração entre a escola e o lar também é um objetivo importante, o que ajuda os alunos com deficiência a se sentirem valorizados e apoiados em seu processo de aprendizagem.

Este trabalho reforça o fato da diversidade como mais do que apenas a presença do aluno na sala de aula, mas o engajamento ativo e a aprendizagem significativa. Para fazer isso, requer um comprometimento com a criação de um ambiente acolhedor e acessível para todos por todos os envolvidos, sejam eles educadores, pais ou a comunidade escolar. A educação inclusiva é um caminho que exige comprometimento, reflexão e, acima de tudo, a vontade de efetuar mudanças que redundem em benefício de todos para construir uma sociedade justa e igualitária.

Os alunos com deficiência do 4º Ano frequentam um reforço para ajuda-los com as dificuldades em sala, na escola tem sala do AEE, porém em nenhum momento durante todo o período de estágios e observações, esses alunos não frequentaram e nem obtiveram nenhum contato com a responsável do AEE, esses alunos faziam atividades do 1º Ano e todas elas eram impressas. Também foi relatado pela primeira professora que o aluno conseguia fazer algumas atividades em cartolina, porém logo ele saia da sala, pois em algumas ocasiões o aluno era agressivo, esse não tinha nenhum diagnostico fechado, pois a família informou a escola que só fariam algum tratamento caso tivesse uma vacina contra o Autismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciamos um momento em que, no âmbito educacional, fala-se muito em inclusão escolar de alunos com deficiência na rede regular de ensino. No entanto, nem sempre o discurso corresponde à prática.

Ainda que a legislação seja explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças e que o aluno com deficiência tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades, o processo de inclusão é marcado por desafios e obstáculos.

O que podemos perceber é que na realidade educacional do município investigado, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais

especiais no ensino regular, não se consolidou da forma desejada. A proposta de educação vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. A realidade é que esses alunos são carentes de atenção necessitando que alguém pare para lhes ensinar, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais, acolhimento aos familiares, contratação de diferentes profissionais para atendimento especializado, dentre outros fatores.

Sabe-se que existe uma grande variedade de métodos utilizados para uma educação inclusiva dentro das escolas, contudo, tendo em vista a multiplicidade de contextos e especificidades locais, aliada a complexa extensão territorial brasileira, questiona-se se essa inclusão efetivamente tem logrado êxito em sua missão.

Estudos recentes têm apontado que não basta garantir o ingresso dos alunos com deficiência nas escolas regulares para que eles sejam efetivamente incluídos, “[...] pois assegurar somente o acesso à educação pode reforçar a exclusão desses sujeitos, ainda que estejam em espaços que se pressupõe serem inclusivos.” (Rodrigues, 2020, p. 57.548). Nesse sentido, “[...] o ato de inserir o aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular, por si só, seria uma pseudo-inclusão, o que nos soa, no mínimo, como irresponsabilidade [...]” (Facion, 2005, p. 182, *apud* Rodrigues, 2020, p. 57.548). Portanto, precisamos entender se nossas escolas praticam a verdadeira educação inclusiva ou apenas uma espécie de “exclusão disfarçada de inclusão educacional”.

Ocorre que a mera inclusão educacional (ou seja, a inserção dos estudantes na escola) não é sinônimo de educação inclusiva, na medida em que não há garantias de efetividade das políticas públicas de inclusão apenas em razão da matrícula e da frequência dos alunos. Talvez o problema aqui esteja na raiz dos sistemas educacionais, que conforme Mantoan (2003, p. 13) estão construídos “a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças.”. A autora afirma ainda que a organização desse sistema é marcada “[...] por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos [...] produzir a reviravolta que a inclusão impõe.” (Mantoan, 2003, p. 13).

Em síntese, incluir vai além de colocar crianças com necessidades educacionais especiais dentro de escolas e salas regulares, é preciso que toda a

escola se adapte às suas condições para suprir suas especificidades e reconheça que o seu processo de ensino-aprendizagem pode variar dos demais integrantes da sala.

Ficou claro nesta investigação que a proposta de educação especial é muito bem embasada nos documentos oficiais. Porém, não há uma preocupação de como ela está sendo implementada na rede pública de ensino e por isso as escolas e seus integrantes ficam à vontade para fazer como preferem.

E assim a escola inclusiva que deveria estar pronta para receber o aluno especial quando chegasse a escola tornar-se uma escola aonde este aluno chega e precisa se adaptar a dita normalidade, sendo que o correto em se tratando de inclusão, seria o contrário já que:

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. (Dellani; Morais, 2012, p.10)

Frente a todas as situações investigadas nesta pesquisa, torna-se pertinente analisar em novos trabalhos questões levantadas, mas que não puderam ser respondidas por necessitarem de mais coleta de dados e análises específicas devido à complexidade da temática e o tempo para término de um trabalho de conclusão de curso.

A experiência vivida em escolas no município de Ilha Solteira demonstrou que a escola tem papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos e que está precisando assumir um papel integrador para que a educação inclusiva aconteça. Há muitas dificuldades enfrentadas, principalmente no cumprimento da legislação, falta de recursos, melhor remuneração de docentes, presença de professores auxiliares nas salas com alunos com deficiências e não somente estagiário, melhor condições de trabalho incluindo instalações e infraestrutura das instituições, dentre outros aspectos que garanta uma educação inclusiva.

Também ficou claro que apesar das dificuldades, pode ser possível fazer a educação inclusiva acontecer nas escolas regulares de ensino, para isso, é preciso

que além de contar com a criatividade do educador seja garantido a ele estrutura adequada, bem como apoio às famílias e mais aportes do poder público municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acessado em: 06 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva: Os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

DELLANI, Marcos Paulo. MORAES, Deisy Nara Machado de. **Inclusão: caminhos, encontros e descobertas.** Revista de Educação do Ideau – REI. Vol. 07. 2012.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início das políticas públicas.** 1992.

MANTOAN, M. T. E. (2003). **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Loyola.

MANTOAN, M. T. E. **A Educação Especial no Brasil – Da Exclusão à Inclusão Escolar.** Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, [2011?].

MAZZOTTA, M. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **A inclusão escolar e a proposta de uma escola para todos.** 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** Tradução de Letícia de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

RODRIGUES, Paloma Roberta Eusébio; GOMES, Cláudia. Educação Inclusiva: refletindo sobre a relação escola-família. **Brazilian Journal of Development**. v. 6, n. 7, p. 57.548, 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.